

ENSINO PROFISSIONAL EM CONQUISTA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940: O CURSO DE DATILOGRAFIA

PROFESSIONAL TEACHING IN CONQUISTA IN THE DECADES OF 1930 AND 1940: THE TYPING COURSE

Ana Elizabeth Santos Alves¹, Lúcia Maria Portela da Silva²

Recebido para publicação em 22/11/2007

Aceito para publicação em 26/03/2008

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir acerca do significado e do papel de cursos de datilografia na cidade de Vitória da Conquista nas décadas de 1930 e 1940, considerando os princípios tayloristas de organização do trabalho, numa conjuntura de afirmação e aprofundamento de um modelo de produção urbano-industrial. Para tal utiliza-se de depoimentos de pessoas antigas e da análise de documentos e fotografias de uma escola outrora existentes na cidade. Pela reconstrução de aspectos da memória da educação profissional voltada para o trabalho manual em Vitória da Conquista é possível questionar a importância que tais cursos tiveram naquele momento.

Palavras-chave: História da educação, Trabalho e educação, Ensino profissional

ABSTRACT

This article aims at reflecting on the meaning and the role of typing courses in the city of Vitória da Conquista in the decades of 1930 and 1940, by considering Taylor's principles of work organization, in a conjuncture of affirming and deepening an urban-industrial production model. To do so, testimonies given by ancient people were used as well as the analysis of documents and photographs of a school that once existed in the city. By the reconstruction of aspects of the memory of the professional education focused on the manual work in Vitória da Conquista it is possible to question the importance that such courses had at that moment.

Key words: Education History, Work and education, Professional teaching

¹ Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Coordenadora do grupo de Estudos e Pesquisas do Museu Pedagógico, Doutora em Educação. e-mail: ana_alves183@hotmail.com

² Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Integrante do grupo de Estudos e Pesquisas do Museu Pedagógico, Mestre em Educação.

Nas incursões que fizemos em exemplares das décadas de 1930 e 1940 do jornal *O Combate*, em Vitória da Conquista, BA, para rastrear a história do ensino profissional na região³, relacionando os seus aspectos locais às questões fundamentais da educação brasileira, localizamos vários anúncios e notícias sobre cursos de datilografia, demonstrando a importância dessa modalidade de ensino para a cidade naquela época. Até então, a cidade contava com poucas escolas primárias públicas e particulares; o Ginásio de Conquista, que começou a funcionar no final do ano de 1939; cursos que preparavam alunos para o exame de admissão, o curso prático de laticínios para rapazes, cursos de corte e costura e de música.

O curso de datilografia se destacava como oportunidades de profissionalização e inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho. Em Vitória da Conquista, novas necessidades de urbanização e o surgimento de um mercado de consumo e profissional já determinavam o aparecimento de novas exigências educacionais, demonstrado por professores da cidade ao expressar uma grande preocupação com o problema do analfabetismo, reforçado pela ideologia de “engrandecimento e progresso da nação” (Jornal *O Combate*, 27/05/1934). O Brasil, nesse momento, é palco da expansão urbano-industrial, instante em que as necessidades da produção industrial vão exigir a formação de uma mão-de-obra qualificada para lidar com as máquinas (CUNHA, 2000).

Podemos ter uma idéia de como era a região de Conquista na primeira metade da década de 1930 a partir dos dados fornecidos pelo Relatório da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia de 1933 (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1936).

Em 1933 o município pertencia à 41ª Zona Eleitoral, juntamente com os municípios de Encruzilhada e Itambé. Possuía um total de 2.333 eleitores, significando 2,6% de um total de 90.383 eleitores baianos. (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1936, p. 60-64). Destes, votaram para a formação da Assembleia Nacional Constituinte naquele ano, 1.847 eleitores. (Jornal *A Tarde*, 13/05/1933).

Possuía uma delegacia que atendia aos seus dis-

tritos e aos de outras cidades próximas. (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1936, p. 105).

Na área da educação contava com o ensino pré-primário e primário público estadual. Possuía duas escolas masculinas, quatro femininas e duas mistas. Um total de oito professores lecionavam nessas instituições. Dos 384 alunos matriculados em 1933, 133 eram homens e 251 eram mulheres. Destes, respectivamente, 77 e 111 obtiveram frequência regular. Mesmo faltando dados de duas escolas de Conquista, segundo o Relatório concluíram o curso primário naquele ano apenas seis homens e quatro mulheres. (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1936, p. 122-128).

O município possuía um hospital, o São Vicente de Paulo, com 12 leitos. Os estabelecimentos rurais somavam 1.767, com valor venal de 14.229:034\$000 réis (14mil, 229 contos e 34 mil réis). Existiam 144 comerciantes no município, somando todos um giro comercial de 3.281:400\$000 réis (3 mil, 281 contos e 400 mil réis) (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1936, p. 169 e 181).

Havia na cidade uma empresa fornecedora de energia elétrica, a Empresa Industrial Conquistense, localizada na Praça 15 de novembro. Fora instalada em 1920, sendo à base de energia térmica e com potência de 20 HP. A cidade não possuía iluminação pública, nem serviço de esgoto (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1936, p. 206).

Ainda segundo estas estimativas, na cidade existiam vinte automóveis para passageiros, três caminhões para carga, uma motocicleta e cinco bicicletas. O transporte ainda era servido de duas carroças de duas rodas para transporte de carga e trinta carros de boi. Não havia nem ônibus e nem ambulância (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1936, p. 418 e 423)

Em 1936, a população já chegava a 75.871 habitantes. Saliente-se que, neste período, apenas Salvador, Feira de Santana e Conquista possuíam uma população entre 75 e 100 mil habitantes (Anuário Estatístico do Brasil, 1937). Mesmo perdendo parte de seu território em 1938 e chegando a 1940 com apenas 34% da área que possuía em 1933, o município alcança, em 31 de dezembro de 1939, uma população de

³ Pesquisa exploratória desenvolvida nos anos de 2003 e 2004 em jornais da cidade de Vitória da Conquista editados a partir do ano de 1930, encontrados no Arquivo Municipal de Vitória da Conquista.

79.220 habitantes (Anuário Estatístico do Brasil, 1941).

Em 1950, a população de Conquista chegou aos 96.664 habitantes. Destes, 41.482 eram brancos, 10.693 negros e 44.394 pardos. Era uma cidade onde a zona rural concentrava 76% dos habitantes do município, sendo que o índice de alfabetização alcançava meros 19% da população (Revista Brasileira dos Municípios, 1966, p. 416 e 418).

Os dados esboçados acima demonstram o crescimento da cidade e da população; ao lado dessa expansão convergia a necessidade de ampliação de uma gama de serviços, a exemplo dos serviços de datilografia, favorecendo a criação de cursos na medida da ampliação das oportunidades de trabalho local e em outros centros urbanos.

No levantamento que fizemos no Jornal *O Combate* localizamos vários registros sobre a Escola de Datilografia “Nossa Senhora das Vitórias”. Nos parágrafos seguintes, relataremos alguns aspectos pontuais sobre cursos de datilografia, mediados pela observação e análise de objetos fotográficos, coletados em “álbuns de família” de pessoas ligadas a esta escola e de documentos a respeito do exame final do curso e da diplomação⁴.

No cenário nacional, as transformações sociais e econômicas ocorridas a partir dos anos 1930 marcaram o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva urbano-industrial. A urbanização, a industrialização, as novas demandas dos mercados de consumo e profissional configuram novas condições nas quais a burguesia industrial e o operariado urbano se destacam como forças sociais, políticas e econômicas emergentes. Essas transformações não ocorrem da mesma maneira em toda a sociedade brasileira, em algumas regiões as mudanças foram mais efetivas e visíveis que em outras. Entretanto, ainda que tais mudanças não tenham sido concretizadas a um só tempo, as novas regras do jogo desempenham um papel de formulador do espírito capitalista, com uma preocupação em construir a riqueza da nação por meio do trabalho produtivo.

Nesse contexto, ganha destaque o ensino profissional, como elemento necessário para formar a mão-

de-obra nacional. Nos primeiros anos da década de 30 já era presente a idéia de uma “educação prática” para atender às necessidades de uma civilização moderna, assentada no princípio, segundo Nagle (2001), de que a educação adiciona valor quando transforma o indivíduo em parte ativa do progresso nacional ou da prosperidade pública. A preocupação com a educação profissional foi sendo articulada segundo as exigências do mundo do trabalho por uma mão-de-obra qualificada, cujo objetivo era preparar trabalhadores, integrantes das camadas economicamente mais baixas da população, por meio de cursos de qualificação profissional “de duração e intensidade variáveis, que vão desde os cursos de aprendizagem aos cursos técnicos” (KUENZER, 1988, p. 12).

Dentro desse espírito, destacamos nesse momento a expansão dos cursos de datilografia no Brasil para atender ao desenvolvimento industrial e urbano, surgindo inclusive como oportunidade de trabalho para as mulheres. É interessante observar que as funções laborais que então começam a ser ocupadas pelas mulheres caracterizam-se como tarefas auxiliares às masculinas ou próximas daquilo que se considerava uma extensão das atribuições tipicamente femininas: professora, enfermeira, datilógrafa, taquígrafa, secretária, telefonista, operária de indústrias têxteis, de confecções e de alimentos (MALUF e MOTT, 1998).

Os serviços de datilografia, em especial, vão sendo solicitados por quase todos os setores da economia. A máquina de escrever como tecnologia da informação passou a ser amplamente utilizada. Naquela época, todas as pessoas que pensavam em se candidatar para exercer uma função burocrática no serviço público, na indústria, em bancos, cartórios ou em empresas comerciais necessitavam ter conhecimentos de datilografia. Esses serviços abrangem as funções de escritório, espaço onde usualmente circulam textos escritos de qualquer natureza, originando daí “a classe dos trabalhadores de escritório”, conforme explica Braverman (1977).

Braverman (1977) traz algumas considerações interessantes para entendermos de modo mais amplo o trabalho do datilógrafo nos escritórios. Esse autor

⁴ Para levantar informações sobre o curso e identificar as pessoas presentes nas fotografias colhemos informações de moradores antigos da cidade, bem como o depoimento da filha da proprietária da escola.

esclarece que o desenvolvimento industrial e a ampliação dos trabalhadores em escritórios foram constituídos segundo os princípios tayloristas de produção, que regulam os tempos de fabricação baseados na aplicação de métodos gerenciais, com o objetivo de organizar o trabalho a ser desenvolvido, cronometrando o movimento e o desempenho do trabalhador. As funções de datilografia nos escritórios eram controladas segundo métodos de racionalização da eficiência do trabalho. As máquinas de escrever de alguns escritórios chegaram a colocar dispositivos mecânicos que automaticamente contavam as batidas da máquina.

Os cursos de datilografia ensinavam aos seus alunos a técnica básica de datilografia por toque que consistia em manter os pulsos erguidos, como um pianista, ao invés de apoiá-los na mesa, a posição dos dedos no teclado segundo regras estabelecidas em uma sequência determinada de lições. Além disso, manter os cotovelos ao lado do corpo e os olhos no texto que estava sendo copiado ou em alguém que estivesse falando.



Figura 1 - Maria Anita Melo, professora da Escola de Datilografia “Nossa Senhora da Vitória” em Conquista.

Na Escola de Datilografia Nossa Senhora das Vitórias, hoje extinta, a professora Maria Anita dos Santos Melo passava todas essas instruções para os alunos. As aulas seguiam orientações da professora que também se utilizava de três cadernos de exercícios práticos e um caderno de textos. Os alunos aprendiam na escola as regras que seriam cobradas nos concursos. Treinavam para desenvolver atitudes mecânicas, aprender a bater na máquina 1200 toques em 5 minutos; um retrocesso (retroceder o carro no sentido horizontal para cobrir uma letra que foi batida por engano) correspondia a 5 erros.

Os tempos e os movimentos marcados nas atividades de datilografia, de acordo com Braverman (1977, p. 273), são objetos de meticulosa análise elaborada por engenheiros do trabalho no intuito de aumentar a produtividade. Nas palavras desse autor, “os padrões convencionais de palavras por minuto são tabelados em minutos por polegada; mas, além disto são atribuídos valores de tempo para apanhar o papel, inseri-lo na máquina, esquadrear (para diversos números de laudas e carbonos), apagar, fazer correções e manejar o material depois. Ficamos informados quanto ao ‘fato’ de que utilizar o retrocesso (por espaço) leva 0,0060 minutos em máquina manual e 0,0025 em modelo elétrico.” O conjunto das tarefas é planejado tendo por objetivo racionalizar o trabalho segundo os princípios da administração científica.

A Escola de Datilografia Nossa Senhora das Vitórias foi a primeira do ramo na cidade de Conquista e funcionava na Rua Sete de Setembro, na residência da proprietária, tendo iniciado suas atividades nos primeiros anos da década de 1930 com apenas uma máquina na sala da casa dos pais da proprietária; com o aumento da procura pelo curso a escola foi se ampliando.

Nos registros localizados da Escola de Datilografia Nossa Senhora das Vitórias podemos visualizar algumas dessas afirmativas. Um dos documentos apresenta uma lista de alunos convocados para o concurso final, momento que atestava o aprendizado das lições, com o registro do tempo dispendido para datilografar o texto da prova, seguido do número de erros cometidos e a classificação alcançada. Diversos documentos mostram quadros contendo as classificações dos alunos ao lado das fotografias e número de erros. A pe-

dagogia da escola estava voltada para treinar os alunos de acordo com as exigências da racionalização do tempo e dos movimentos no mundo produtivo.

Nos documentos da escola podemos também destacar o significado social que a frequência ao curso e a colação de grau representavam para os alunos e a comunidade. As fotografias que retratam o dia do exame final mostram a presença de personalidades de destaque da cidade à época da solenidade de formatura, a exemplo do técnico laticinista Ivo Freire de Aguiar, os professores Mário Padre e Rostil Matos, a professora Elza Profeta, o literato e advogado rábula Américo Moreira e o jornalista Lugoba; em muitas fotografias o destaque era o professor Everardo Públio de Castro⁵.

Segundo uma das entrevistadas⁶, no dia do exame final e entrega dos diplomas⁷ a professora Maria Anita dos Santos Melo abria a sessão e convidava a Banca Examinadora, composta por três pessoas, para iniciar os trabalhos. O professor Everardo Públio de Castro esteve presente em várias Bancas. Nesse dia as mesas da escola eram bem arrumadas, as máquinas de datilografar eram postas em fila. Os textos que iam ser datilografados pelos alunos eram escolhidos e sorteados entre eles. A Banca marcava o tempo para começar e finalizar o exame. Os alunos eram classificados da seguinte maneira: “distinção e louvor” para quem não errava nenhum toque, “1º lugar” para quem cometesse até 6 erros e “2º lugar” até 7 erros. Aos que erravam muito era dada uma nova chance para fazerem outro teste ou repetir o mesmo. A entrevistada relatou que após o encerramento o professor Everardo fazia um discurso falando da importância do curso de datilografia, da professora Maria Anita que era a proprietária e professora da escola e, por fim, convidava a todos os presentes para fazerem o juramento: “Juro obedecer às leis do meu país e contribuir com zelo e dedicação para o progresso do Brasil”. Em seguida, todos cantavam o Hino Nacional e no final eram entregues os diplomas já assinados pela Banca Examinadora. O momento era registrado por meio de uma foto-

grafia com todos os formandos e a Banca. Geralmente, os alunos presenteavam a professora Maria Anita com algum mimo, e esta, para encerrar a solenidade servia ponche e salgadinhos.

A posse do diploma de datilografia tinha grande significado para alguns alunos, que comemoravam o acontecimento com festas em suas residências e providenciavam posteriormente que o diploma fosse devidamente emoldurado e exibido com orgulho na parede de casa.

No contexto do exame final há alguns aspectos interessantes para serem comentados. O primeiro diz respeito à concepção de exame. Uma prova que funciona como um rito de passagem e marca uma linha divisória entre aqueles que conseguiram o diploma e quem ainda não teve a oportunidade de frequentar um curso, evidenciado na formalidade do evento e na composição da banca. Se uma das condições para frequentar o curso era saber ler e escrever e, no município, em 1950, somente 19% da população era alfabetizada, atestamos aí o significado desse evento para aquela comunidade. Um segundo aspecto é o ensinamento, ainda que de modo sutil, de manutenção da ordem e da racionalização do uso do tempo no mais puro “espírito do capitalismo” (WEBER, 1996), difundindo uma ideologia que versava sobre a necessidade de educar para o “engrandecimento e progresso da nação”. Por último, o significado do valor do diploma para os recém-formados, justificado pelo mérito por terem adquirido algumas habilidades e isso representar certo significado social naquele momento, apesar de não ser garantia de mudança na hierarquia social.

Palavras finais

A partir das informações coletadas em conversas e da análise de fotografias, anúncios de jornais e documentos referentes à atuação de três cursos que existiram em Vitória da Conquista entre 1930 e 1940,

⁵ Everardo Públio de Castro foi professor do Ginásio Padre Palmeira e Diretor da Escola Normal Euclides Dantas. Participava ativamente da vida política da cidade; preso na ditadura militar teve cassado os seus direitos de lecionar.

⁶ Sr^a. Maria Alice Melo, filha da proprietária da Escola.

⁷ Os diplomas eram registrados na Secretaria de Educação em Salvador- BA.

verificamos a repercussão numa cidade do interior baiano dos processos de organização e reorganização da produção. Observamos como as necessidades do trabalho manual no mundo produtivo passam a direcionar as ações educativas, especialmente aquelas dirigidas às parcelas economicamente mais pobres, como tradicionalmente tem se caracterizado o ensino profissional. Isto se materializa tanto nos conteúdos ensinados quanto nos métodos de ensino e avaliação empregados.

Essas noções estão bem explicadas e fundamentadas nos princípios tayloristas. Desde os anos vinte, as idéias do taylorismo permeiam os discursos dos industriais paulistas. Os questionamentos desses empresários em relação à intervenção do Estado liberal em assuntos trabalhistas, para regular o mercado, ilustram a posição da classe empresarial já preocupada em formar uma classe trabalhadora assalariada para garantir a reprodução da força de trabalho (VARGAS, 1985).

A consolidação das idéias tayloristas se firmou nos princípios do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, criado em junho de 1931 por lideranças empresariais de São Paulo, com o objetivo de atender às necessidades de organizar o trabalho frente à expansão da industrialização. Essa instituição se encarregou de difundir o espírito taylorista de racionalização do trabalho para a sociedade em geral e a aplicação dos conhecimentos para o ensino industrial, com base em dois objetivos: de acordo com o primeiro, responsável pelos aspectos organizacionais, realizaram-se atividades de racionalização do trabalho em empresas associadas àquela instituição, como também redirecionaram-se as atividades administrativas do Estado; o segundo se preocupava com os aspectos ligados à seleção e formação profissional, higiene e segurança no trabalho.

As idéias tayloristas também se fizeram presentes na formação moral e no disciplinamento da classe operária, na vida familiar e dentro do trabalho. O caráter “educativo do trabalho industrial” é destacado pelo IDORT como uma necessidade primordial para iniciação do comportamento racional e formação de uma classe trabalhadora a começar pela criança.

REFERÊNCIAS

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Biblioteca, Relatório da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1933, Imprensa Oficial do Estado, 1936.
- BOLETIM DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DA BAHIA, 1933,
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** - ANPED, Campinas, SP, n. 14, p.89 - mai/jun/jul/ago, 2000.
- JORNAL O COMBATE, Vitória da Conquista, BA. Arquivo Público de V. da Conquista. 1934 a 1945.
- KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau: O Trabalho como Princípio Educativo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 367-421
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2 ed. RJ: DP&A, 2001.
- VARGAS, N. Gênese e difusão do taylorismo no Brasil. **Revista Ciências Sociais**, Hoje. São Paulo: ANPOCS / Cortez, p. 155-189, 1985.